

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	34
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	37
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**a. política formalizada de gerenciamento de riscos**

O Conselho de Administração aprovou, em 11 de novembro de 2021, a revisão da Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos. A Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à Unipar, meio ambiente, público externo, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A empresa adota boas práticas de gestão de riscos, atendendo aos mecanismos de identificação, avaliação, monitoramento, prevenção e controle baseados em normativas de regulamentação local e nas principais referências internacionais e, também, conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos corporativos e da operação, incluindo os financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos nos seus desempenhos financeiro, operacional, bem como eventuais danos à reputação e imagem da Companhia.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades da Companhia juntamente à identificação de controles existentes mitigatórios realizada pela área de Controles Internos. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controles internos da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, estando atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado em relação a controles internos e investimentos em seus sistemas a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

O Conselho de Administração aprovou, em 5 de novembro de 2021, a revisão da Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com), na qual é apresentado, também, o gerenciamento de riscos de mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O risco de crédito de contas a receber de clientes é um risco de natureza financeira relacionado à possibilidade de a Companhia não receber de seus clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de produtos, ou de receber os pagamentos de tais crédito fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas pelos clientes da Unipar poderá gerar perdas para a Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do fluxo de caixa, afetando adversamente os negócios.

O risco de crédito de instituições financeiras decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

(ii) Risco de Liquidez

Entende-se risco de liquidez o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Incertezas no cenário político brasileiro provocam alta volatilidade nos mercados, impactando os resultados de curto prazo e a visibilidade quanto ao comportamento futuro da economia, impedindo a melhor utilização dos ativos e inibindo os investimentos. São vários pontos de preocupação que podem afetar o resultado da Companhia, tais como crescimento econômico, inflação, nível de renda e emprego, taxa de juros, câmbio, política fiscal, disponibilidade de mão de obra qualificada, infraestrutura deficiente, liquidez nos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, entre outros. Além disso, as medidas do governo argentino com relação à economia, inclusive as decisões relativas à inflação, taxa de juros, controle de preços, controles cambiais e impostos, podem ter um efeito adverso significativo sobre o setor privado.

(iii) Risco com Taxa de Juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis.

(iv) Risco com Taxa de Câmbio

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está suscetível à variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de *hedge* da Companhia é buscar proteção aos impactos negativos das oscilações das principais variáveis de mercado, atrelando os indexadores dos ativos com os indexadores dos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2021 apresentavam um custo médio de 121% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 112% do CDI.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado adequando os indexadores do ativo com o passivo. A exposição líquida é monitorada pela área de Tesouraria da Companhia, sendo identificadas eventuais operações que possam oferecer risco ao seu patrimônio. A utilização de instrumentos derivativos deve ser submetida para aprovação da Diretoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A gestão dos riscos de mercado é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança para a Companhia, dentre as quais cabe citar o acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos e o monitoramento contínuo da nossa exposição aos principais índices financeiros atrelados ao nosso endividamento, comparando as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia também realiza periodicamente análises de sensibilidade, que são estabelecidas com base em premissas com relação ao futuro, regularmente revisadas pela Administração, a fim de ilustrar as alterações das variáveis de mercado nos instrumentos financeiros.

Nesse acompanhamento periódico são examinadas entre outros, o fluxo de caixa, índices de alavancagem, impactos das variações de parâmetros comerciais (preços e velocidade de vendas) na rentabilidade, no fluxo de caixa e no custo de capital.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As áreas Financeira, de Controladoria e Jurídica da Companhia analisam periodicamente os riscos de mercado e submetem tais análises para análise da Diretoria e do Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria e o Conselho de Administração monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia por meio da política de gestão de riscos. A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade das suas políticas adotadas são suficientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Nossos diretores avaliaram a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras, e acreditam que tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a sua qualidade, precisão e confiabilidade.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos, etc.) participam ativamente do desenho dos seus processos operacionais de registro e controle. A Diretoria, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração, Auditoria, Controles Internos, Riscos, Compliance, Financeiro, Controladoria e Fiscal são responsáveis pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controle interno da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente pela área de Riscos, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente e observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os relatórios sobre controles internos, emitidos pela área de auditoria interna, bem como pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada uma deficiência de controles que pode ser considerada significativa e/ou com impactos relevantes (ausência de evidências de implementação de atividades de controle para identificação e divulgação de transação com partes relacionadas) relativa à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente e não houve nenhuma deficiência grave (ou fraqueza material).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia analisaram a deficiência significativa identificada nos procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras no ano de 2020 e melhoraram os procedimentos de execução das Demonstrações Financeiras em 2021 para sanar o ponto. De qualquer forma, independente das análises externas, a Companhia tem trabalhado continuamente na melhoria destes processos e criados mecanismos de controle para evitar recorrência e os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Há uma área de auditoria interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente (não estatutário) e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Ainda, a área de Compliance trata, operacionalmente de demandas relacionadas à conformidade e integridade da Companhia, devendo fazer o reporte ao Comitê de Ética para que possa deliberar sobre os temas.

Há também auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Por fim, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros. Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna em conjunto com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia elaborou documentos alinhados com as melhores práticas do mercado, que estabelecem diretrizes para nortear qualquer relacionamento com agentes e órgãos públicos, como por exemplo: Código de Conduta, Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial, entre outros.

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência.

Adicionalmente, a área de Compliance reporta ao Comitê de Ética formalmente instalado. O Comitê de Ética assessora o Conselho de Administração em assuntos de governança, compliance, ética e conduta.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Não aplicável.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Área de Compliance da Unipar reporta funcionalmente ao CEO e, ainda, reporta para o Comitê de Ética da Companhia para que este possa deliberar sobre os temas.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Conduta da Companhia, é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas, de acordo com a gravidade da infração, para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia e adotar a prática da ética.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (www.unipar.com).

b. canal de denúncias

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

O canal de denúncias é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Unipar, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal.

c. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em procedimentos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, além do processo de auditoria para identificar os ativos e passivos da outra parte, bem como identificar os seus pontos de riscos, também é realizada uma *due diligence* de integridade, que possui um papel chave na determinação de condições precedentes ao fechamento de uma operação, uma vez que o resultado dessa *due diligence* tem o poder de influenciar o interesse da Companhia em prosseguir ou não com a operação.

A *due diligence* de integridade realizada por assessores externos contratados em conjunto com a área de Compliance da Companhia visa identificar aspectos relacionados: i) ao relacionamento existente entre a outra parte e seus colaboradores com autoridades, funcionários públicos, entidades públicas ou pessoas politicamente expostas; ii) ao Programa de Integridade da outra parte, incluindo suas práticas e riscos de Compliance envolvidos; iii) aos procedimentos de integridade e de prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; iv) análise das ocorrências registradas no sistema de denúncias internas para entender o contexto e principais riscos envolvidos para seu futuro tratamento; v) às entrevistas com executivos envolvidos na operação e outros colaboradores estratégicos na estrutura da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, bem como não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) entende que a Unipar possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução de seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants* e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (que é a tradução da expressão *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA) e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o LAJIDA (EBITDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se no artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“ICVM 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Nas seções abaixo é detalhado o comportamento de cada um destes itens.

Em 2019, a Companhia (i) realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, (ii) contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e (iii) recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

Em 2020, dado o ambiente provocado pela pandemia da Covid-19, a Companhia (i) realizou a captação de R\$ 203,0 milhões por meio de financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante este período; e (ii) recebeu a liberação de R\$ 10,4 milhões do BNDES. Em contrapartida, amortizou as debentures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as Notas Promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma original. Em dezembro de 2020, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi afirmado em AA(bra) / Fitch Ratings.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2021, a Companhia realizou (i) sua 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 350,0 milhões; (ii) 3ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 200,0 milhões; e (iii) 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 500,0 milhões. Em dezembro de 2021, o *rating* da Companhia e de suas emissões de debêntures foi elevado para AA+(bra) / Fitch Ratings, com perspectiva estável.

Na tabela abaixo, é apresentado o índice de alavancagem financeira. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, com saldo negativo em R\$ 147,6 milhões. Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido à 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava dívida líquida consolidada, tendo a dívida bruta aumentado em 5,3% em relação a 2019, com valor total de R\$ 713,5 milhões, e caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras aumentado 116,4% em relação a 2019, atingindo o montante R\$ 1.113,8 milhões, totalizando um saldo negativo de dívida líquida consolidada no valor de R\$ 400,2 milhões. Ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões, redução de 40,3% em relação a 2018.

Índice de Alavancagem Financeira Consolidado (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	1.474.829	713.540	677.548
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>331.177</i>	<i>924.852</i>	<i>301.525</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>1.291.272</i>	<i>188.908</i>	<i>213.158</i>
Dívida líquida	(147.620)	(400.220)	162.865
Total do patrimônio líquido ¹	2.288.743	1.725.007	1.473.053
Índice de alavancagem financeira	-6%	-23%	11%

¹ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores

Abaixo encontra-se o cálculo do EBITDA e indicador dívida líquida/EBITDA, tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a ICVM 527/2012.

EBITDA Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Lucro Líquido	2.003.833	370.215	172.358
(+) Imposto de renda e contribuição social	1.031.490	230.942	84.252
(+) Resultado financeiro líquido	(90.835)	147.363	140.921
(+) Depreciação e amortização	219.354	197.951	183.080
EBITDA	3.163.842	946.471	580.611
Dívida líquida consolidada	(147.620)	(400.220)	162.865
Dívida líquida/EBITDA	-	-	0,28x

O EBITDA (calculado de acordo com a ICVM 527/2012), em 2021, foi de R\$ 3.163,8 milhões, 234,3% superior ao registrado em 2020, resultante, sobretudo, do aumento da receita decorrente do aumento de volume de vendas e preços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

internacionais, ganho de eficiência das plantas e, também, efeitos não-recorrentes como crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC. Em 2020, o EBITDA foi de R\$ 946,5 milhões, 63,0% superior ao registrado em 2019, devido, principalmente, ao aumento da receita em função do aumento no volume de vendas e do preço internacional do PVC, com consequente aumento do lucro líquido da Companhia. Em 2019, o EBITDA foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas.

Índices de liquidez

Índices de Liquidez - Consolidado		2021	2020	2019
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,73	1,54	1,42
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,94	0,79	0,68

Em 2021, o índice de liquidez corrente consolidado aumentou de 1,54 em 2020 para 1,73, assim como registrou aumento no índice de liquidez geral decorrente, principalmente, do aumento do montante disponível de caixa na Companhia. No comparativo 2020 x 2019, o montante de caixa também resultou no aumento dos índices.

b. Estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 94.432.872 ações nominativas e escriturais sem valor nominal, assim como em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de bonificações, cancelamento de ações em tesouraria recompradas através do programa de recompra de ações e de conversões de ações preferenciais da classe A em igual número de ações preferenciais da classe B, em atendimento às solicitações de acionistas detentores de ações preferenciais classe "A", considerando a faculdade prevista no artigo 7º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.

Capital Social	2021	Part.	2020	Part.	2019	Part.
Ordinárias	33.007.970	35%	33.007.970	35%	35.252.274	35%
Preferenciais Classe "A"	2.055.375	2%	2.466.991	3%	2.812.040	3%
Preferenciais Classe "B"	59.369.527	63%	58.957.911	62%	63.616.427	62%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital Social Total	94.432.872	100%	94.432.872	100%	101.680.741	100%
-----------------------------	-------------------	-------------	-------------------	-------------	--------------------	-------------

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital - Consolidado	2021	AV	2020	AV	2019	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	3.926.771	63%	2.769.258	62%	2.235.598	60%
Patrimônio líquido – capital próprio	2.288.743	37%	1.725.007	38%	1.473.053	40%
Exigível / PL	1,55	-	1,61	-	1,52	-
Total do passivo – capital total	6.215.514	100%	4.494.267	100%	3.708.653	100%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda cáustica, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.622,4 milhões, sendo R\$ 331,2 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 1.291,3 milhões de aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram de R\$ 924,9 milhões e R\$ 188,9 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

Em relação à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da geração de caixa operacional e de captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre o qual incide encargos de 3% ao ano. Tal dívida possuía a amortização prevista em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Em dezembro/2021, a Unipar finalizou um acordo com a Solvay, em que pré-pagou tal débito com terceiros em sua totalidade, finalizando-se assim, tal financiamento.

Em 2021, a dívida bruta aumentou em 106,7% devido à 6ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350,0 milhões, 3ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 200,0 milhões e 7ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500,0 milhões, parcialmente compensado pela amortização parcial da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, conforme cronograma original e amortização de empréstimos de capital de giro.

Em 2020, a Companhia realizou a captação de R\$ 203,0 milhões em financiamentos bancários, buscando a preservação da liquidez financeira durante o período de pandemia. Em contrapartida, amortizou as debêntures da 1ª série de sua 4ª emissão, as debêntures de sua 2ª emissão e as notas promissórias de sua 2ª emissão, conforme cronograma de pagamento original das emissões.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém, adicionalmente, linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazos e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Diretoria da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme mencionado anteriormente, a Diretoria da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso de seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazos, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os exercícios de 2021, 2020 e 2019 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 3,8 milhões, R\$ 2,8 milhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 1.474,8 milhões, R\$ 713,5 milhões e R\$ 677,5 milhões, respectivamente.

Endividamento total

Endividamento - Consolidado (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2021	AV	2020	AV	2019	AV

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante	1.796.221	46%	1.220.159	44%	782.357	35%
Empréstimos e financiamentos	161.824	4%	340.730	12%	177.566	8%
Outros	1.634.397	42%	879.429	32%	604.791	27%
Passivo não circulante	2.130.550	54%	1.549.099	56%	1.450.521	65%
Empréstimos e financiamentos	1.313.005	33%	372.810	13%	499.982	22%
Outros	817.545	21%	1.176.289	42%	950.539	43%
Passivo total	3.926.771	100%	2.769.258	100%	2.232.878	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2021	2020	2019
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	-	4.810	14.433
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	25.872	29.195	24.570
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	17.845	21.662	16.832
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	-	2.139	4.856
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	-	1.698	3.962
Capital de giro	USD	6,25% a.a.	-	-	4.019
Capital de giro	AR\$	35,52%	2	1	6.147
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	62.706	106.938	108.047
Capital de giro	R\$	CDI + 3,50% a.a.	0	81.229	-
Capital de giro	R\$	CDI + 3,58% a.a.	0	128.215	-
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	-	-	50.010
Debêntures - 4ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,50% a.a.	72.340	138.862	155.805
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	216.971	198.791	200.335
Debêntures – 6ª emissão (1ª série)	R\$	CDI + 1,70% a.a.	121.591	-	-
Debêntures – 6ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	242.664	-	-
Debêntures – 7ª emissão	R\$	CDI + 1,70% a.a.	504.198	-	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	-	49.734
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	-	38.798
Notas promissórias – 3ª emissão (1ª série)	R\$	CDI + 1,70% a.a.	105.213	-	-
Notas promissórias – 3ª emissão (2ª série)	R\$	CDI + 2,00% a.a.	105.427	-	-
Total			1.474.829	713.540	677.548

¹ Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantinha qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade do saldo dos financiamentos para a modernização da planta de PVC da unidade de Santo André equivalia a R\$ 43,7 milhões (R\$ 34,0 milhões em 2020). O saldo dos financiamentos da Companhia junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivalia a R\$ 3,8 milhões em 2020 e passou a zero em 2021.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Credor	Indexador	Saldo em 31/12/2021 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	25.872	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	17.845	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
Debêntures 4ª emissão (2ª série)	CDI + 2,50% a.a.	72.340	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 5ª emissão	CDI + 1,25% a.a.	216.971	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credor	Indexador	Saldo em 31/12/2021 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				de R\$ 100 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 6ª emissão (1ª série)	CDI + 1,70% a.a.	121.591	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 6ª emissão (2ª série)	CDI + 2,00% a.a.	242.664	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 7ª emissão	CDI + 1,70% a.a.	504.198	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas promissórias	CDI + 1,70% a.a.	105.213	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credor	Indexador	Saldo em 31/12/2021 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
3ª emissão (1ª série)				dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas promissórias 3ª emissão (2ª série)	CDI + 2,00% a.a.	105.427	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ¹ menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA ¹ seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$ 150 milhões, enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA ¹ for superior a 2,0x. (b) EBITDA ¹ /Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA, conforme instrumento de escritura particular da 4ª emissão de debêntures, da 5ª emissão de debêntures, da 6ª emissão de debêntures, da 7ª emissão de debêntures e da 3ª emissão de notas promissórias, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2021 e 2020, não houve correspondente ao indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia dado que dívida líquida estava negativa em R\$ 147,6 milhões e R\$ 400,2 milhões, respectivamente. Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldos ainda não utilizados/liberados de cerca de R\$28,2 milhões e R\$17,8 milhões, respectivamente, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

Já em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía saldo ainda não utilizado/liberado referentes aos contratos de financiamentos em vigor com o BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	Consolidado							
	2021	AV	2020	AV	2019	AV	AH 2021 x 2020	AH 2020 x 2019
Receita operacional líquida	6.289.369	100%	3.868.223	100%	3.048.730	100%	63%	27%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(3.486.604)	55%	(2.533.636)	65%	(2.231.876)	73%	38%	14%
Lucro bruto	2.802.765	45%	1.334.587	35%	816.854	27%	110%	63%
<i>Margem bruta</i>	<i>45%</i>	-	<i>35%</i>	-	<i>27%</i>	-	<i>10 p.p.</i>	<i>8 p.p.</i>
Despesas com vendas	(197.736)	3%	(175.387)	5%	(153.097)	5%	13%	15%
Despesas gerais e administrativas	(409.025)	7%	(381.393)	10%	(280.737)	9%	7%	36%
Resultado de equivalência patrimonial	(2.534)	-	(2.342)	-	(6.507)	-	8%	-64%
Outras receitas (despesas) oper, líquidas	751.018	12%	(26.945)	-1%	21.018	1%	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	2.944.488	47%	748.520	19%	397.531	13%	293%	88%
Resultado financeiro líquido	90.835	1%	(147.363)	4%	(140.921)	5%	-	5%
Lucro antes do IR e CSLL	3.035.323	48%	601.157	16%	256.610	8%	405%	134%
Provisão para IR e CSLL	(1.031.490)	16%	(230.942)	6%	(84.252)	3%	347%	174%
Lucro (prejuízo) líquido	2.003.833	32%	370.215	10%	172.358	6%	441%	115%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

Em 2021, a receita operacional líquida consolidada teve crescimento de 63% em relação a 2020, atingindo R\$ 6.289,4 milhões, tendo sido impulsionada pelo crescimento dos preços internacionais do PVC e da soda cáustica e do volume de vendas de soda cáustica e clorados. A receita operacional líquida consolidada, em 2020, foi de R\$ 3.868,2 milhões, 26,9% superior ao ano de 2019, resultante do aumento no volume de vendas e do preço internacional de PVC, além do incremento do comercializado de soda/cloro e derivados. Em 2019, a receita operacional líquida foi de R\$ 3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço.

Custo dos produtos vendidos (“CPV”)

No ano de 2021, o custo dos produtos vendidos consolidado foi de R\$ 3.486,6 milhões, 38% superior a 2020 devido ao aumento de volume e preços desses insumos. O CPV foi de R\$ 2.533,6 milhões, crescimento de 14% em relação a 2019, resultante, principalmente, do aumento do volume de vendas de soda cáustica e PVC e do custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, cujo impacto afeta parcialmente o CPV. Em 2019, o CPV foi de R\$ 2.231,9 milhões, apresentando aumento de 1% em relação a 2018. O

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas.

Lucro bruto e margem bruta

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 2.802,8 milhões em 2021, crescimento de 110% em relação ao exercício de 2020, devido ao crescimento da receita e eficiência na contenção de custos, correspondendo a uma margem bruta de 45%. O lucro bruto consolidado foi de R\$ 1.334,6 milhões, crescimento de 63% em relação a 2019, devido, principalmente, ao crescimento da receita. Tal lucro bruto corresponde a uma margem de 35% em relação à receita líquida. Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões em 2019, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita.

Despesas com vendas

No ano de 2021, as despesas com vendas consolidadas foram 13% superior em relação a 2020, atingindo R\$ 197,7 milhões, em função, do frete decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo de frete. As despesas com vendas consolidadas foram de R\$ 175,4 milhões em 2020, 15% superior em relação a 2019, em função do maior volume de vendas no acumulado do ano. As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019, aumento de 1% em relação a 2018, em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2021, as despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 409,0 milhões, 7% superiores a 2020, decorrente principalmente, serviços de consultoria e jurídicos relacionados a projetos de energia (Complexo Solar de Pirapora/MG e Complexo Eólico de Cajúina/RN), consultorias jurídicas e provisão de PLR. As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 381,4 milhões, 36% superior a 2019, decorrente do exercício do plano de outorga de ações ocorrido no 1T20, que correspondeu a uma despesa de R\$ 48,0 milhões (com efeito caixa de R\$ 24,0 milhões), de despesas pontuais com honorários advocatícios e serviços de consultoria relacionadas ao fechamento do processo de constituição da Tucano Holdings. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019, aumento de 13% em relação a 2018, sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$ 30,8 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2021, outras receitas (despesas) operacionais, líquida registraram receita de R\$ 751,0 milhões proveniente do ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC e de crédito referente a processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, em 2020, registraram uma despesa de R\$ 26,9 milhões, enquanto 2019 registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões, devido, principalmente, ao registro de ativo contingente referente à ação frente à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. no quarto trimestre de 2019.

Resultado de equivalência patrimonial

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban e Tucano Holdings III, registrou R\$ 2,5 milhões negativos. O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 2,3 milhões em 2020, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban, impactado pela aplicação do ajuste por hiperinflação da Argentina (IAS 29). Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 6,5 milhões.

Resultado financeiro líquido

No ano de 2021, o resultado financeiro foi de R\$ 90,8 milhões positivos, influenciado, principalmente, pelo efeito da variação monetária positiva sobre o crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, parcialmente compensado pela aplicação do IAS 29 e juros e demais encargos sobre empréstimos. O resultado financeiro líquido, em 2020, foi negativo em R\$ 147,4 milhões, 4,6% superior a 2019, impactado pela variação cambial R\$/US\$. Em 2019, tal resultado foi negativo em R\$ 140,9 milhões, redução de 8,4% em relação a 2018 devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS-29 referente à hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CSLL

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CSLL especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2021, a provisão para IR e CSLL foi de R\$ 1.031,5 milhões, R\$ 230,9 milhões em 2020 e R\$ 84,3 milhões em 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2021	AH 2020
	2021	AV	2020	AV	2019	AV	x 2020	x 2019
Circulante	2.842.827	45%	1.880.619	42%	1.207.780	32%	51%	56%
Caixa e equivalentes de caixa	331.177	5%	924.852	21%	301.525	8%	8%	207%
Aplicações financeiras	1.291.272	21%	188.908	4%	213.158	6%	229%	-11%
Contas a receber de clientes	676.256	11%	534.092	12%	381.822	10%	27%	40%
Impostos a recuperar	68.187	1%	29.165	1%	48.858	1%	134%	-40%
Estoques	442.130	7%	189.238	4%	209.591	6%	134%	-10%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesa antecipada	3.113	-	1.876	-	2.479	-	66%	-24%
Outros ativos circulantes	30.692	-	12.488	-	50.347	1%	146%	-75%
Não circulante	3.405.381	55%	2.627.678	58%	2.511.041	68%	30%	5%
Ativo Realizável a Longo Prazo	832.583	13%	313.429	7%	306.504	8%	166%	2%
Impostos a recuperar	693.891	11%	15.073	-	11.318	-	4.504%	33%
Estoques	62.657	1%	69.714	2%	52.923	1%	-10%	32%
Depósitos Judiciais	34.232	1%	53.361	1%	47.305	1%	-36%	13%
IR e CSLL diferidos	-	-	142.971	3%	172.339	5%	-	-17%
Outros ativos não circulantes	41.803	1%	32.310	1%	22.619	1%	29%	-
Investimentos	104.995	2%	66.961	1%	13.325	-	57%	403%
Imobilizado	2.159.924	35%	1.949.684	43%	1.890.717	51%	11%	3%
Intangível	307.879	5%	297.604	7%	300.495	8%	3%	-1%
Total do ativo	6.248.208	100%	4.508.297	100%	3.718.821	100%	39%	21%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

A conta de caixa e equivalentes de caixa consolidada somou, em 2021, o montante de R\$ 331,2 milhões, resultante, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e reforço de caixa através da emissão de debêntures, assim como o montante de R\$ 924,9 milhões em 2020. Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R\$ 1.291,3 milhões e R\$ 188,9 milhões em 2020, sendo 100% em cotas de fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras somaram R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários).

Contas a receber de clientes e estoques

O saldo de contas a receber de clientes consolidada somou R\$ 676,3 milhões em 2021, crescimento de 27% em relação aos R\$ 534,1 milhões de 2020. No ano de 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões. Tais crescimentos devem-se, principalmente, ao período de pandemia. O saldo de estoques ficou em R\$ 442,1 milhões em 2021, R\$ 189,3 milhões em 2020 e R\$ 209,6 milhões em 2019.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar consolidado, em 2021, era de R\$ 68,2 milhões e de R\$ 29,2 milhões em 2020, sendo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o aumento referente, principalmente, ao crédito dos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões.

Outros ativos circulantes

O saldo de outros ativos circulantes consolidado era de R\$ 30,7 milhões em 2021 e de R\$ 12,5 milhões em 2020. Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros.

Ativo não circulante

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O saldo de IR e CSLL diferidos, em 2020, era de R\$ 143,0 milhões, abaixo do valor registrado em 2019 de R\$ 172,3 milhões devido, principalmente, ao efeito do término da compensação do prejuízo fiscal em controlada da Companhia. Em 2021, não há saldo.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar consolidado no longo prazo teve um aumento expressivo passando de R\$ 15,1 milhões em 2020 para R\$ 693,9 milhões, em 2021, devido ao reconhecimento do crédito dos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país e a joint venture de controle compartilhado para geração de energia eólica – Tucano Holdings III que passou a ser incluída em 2020. Esta conta registrou R\$ 105,0 milhões em 2021 e R\$ 67,0 milhões em 2020. Em 2019, quando incluía apenas a Solalban, registrou R\$ 13,3 milhões.

Imobilizado

O saldo da conta de imobilizado consolidada era de R\$ 2.159,9 milhões em 2021, aumento de 11% em relação aos R\$ 1.949,7 milhões em 2020, devido aos investimentos realizados no período, parcialmente compensados pela depreciação no mesmo período. Em 2019, o saldo era de R\$ 1.890,7 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2021	AH 2020
	2021	AV	2020	AV	2019	AV	x 2020	x 2019
Circulante	1.796.221	26%	1.220.159	27%	785.077	21%	35%	55%
Fornecedores	391.762	6%	238.342	5%	182.468	5%	64%	31%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2021	AH 2020
	2021	AV	2020	AV	2019	AV	x 2020	x 2019
Empréstimos	161.824	3%	340.730	8%	177.566	5%	-53%	92%
Salários e encargos	160.472	3%	120.632	3%	63.002	2%	33%	91%
Imposto de renda e contrib. social	325.519	5%	117.336	3%	40.476	1%	177%	190%
Outros impostos e contrib. a pagar	95.439	2%	97.870	2%	32.822	1%	-2%	198%
Dividendos a pagar	300.216	5%	23.459	1%	54.437	1%	540%	-57%
Energia elétrica	232.112	4%	185.386	4%	174.180	5%	25%	6%
Débito com terceiros	-	-	1.950	-	300	-	-	550%
Passivo ambiental	30.991	-	19.491	-	13.542	-	59%	44%
Outros passivos circulantes	97.886	2%	74.963	2%	46.284	1%	31%	62%
Não circulante	2.130.550	34%	1.549.099	34%	1.450.521	39%	38%	7%
Empréstimos	1.313.005	21%	372.810	8%	499.982	13%	252%	-25%
Salários e encargos sociais	7.403	-	3.779	-	4.315	-	96%	-12%
Outros impostos e contr. a pagar	32.248	1%	46.454	1%	-	-	-31%	-
IR e CSLL diferidos	631.290	10%	317.912	7%	296.628	8%	99%	7%
Obrigações c/ benef. empregados	51.274	1%	56.318	1%	50.250	1%	-9%	12%
Demandas Judiciais	69.250	1%	35.731	1%	41.392	1%	94%	-14%
Passivo ambiental	25.736	-	4.581	-	6.566	-	462%	-30%
Débito com terceiros	-	-	711.015	16%	551.388	15%	-	29%
Outros passivos não circulantes	344	-	499	-	-	-	-31%	-
Total do passivo	3.776.771	60%	2.769.258	61%	2.235.598	60%	36%	24%
Patrimônio líquido	2.321.437	37%	1.739.039	39%	1.483.223	40%	42%	17%
Capital social	699.002	11%	699.002	16%	699.002	19%	-	-
Ações em tesouraria	(1.401)	-	(1.154)	-	(101.459)	-3%	21%	-99%
Reserva de lucros	1.147.566	18%	804.599	18%	736.249	20%	61%	9%
Outros resultados abrangentes	443.576	7%	222.560	5%	139.261	4%	99%	60%
Part. dos acion. não controladores	32.694	1%	14.032	-	10.170	-	133%	38%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.248.208	100%	4.508.297	100%	3.718.821	100%	39%	21%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores

O saldo de fornecedores consolidado, em 2021, era de R\$ 391,8 milhões e de R\$ 238,3 milhões em 2020, acima do valor de R\$ 182,5 milhões registrado em 2019 decorrente, principalmente, do maior volume de produção e vendas em ambos os períodos.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo somaram R\$ 161,8 milhões em 2021, redução de 53% em relação aos R\$ 340,7 milhões registrados em 2020, devido à captação de recursos financeiros através de debêntures com prazos de vencimento mais longos e amortização de empréstimos de capital de giro. Em 2019, o saldo era de R\$ 177,6 milhões.

Salários e encargos

O saldo de salários e encargos, em 2021, atingiu o valor de R\$ 160,5 milhões em 2021, aumento de 33% em relação ao saldo de R\$ 120,6 milhões em 2020. enquanto 2019 registrou um valor de R\$ 63,0 milhões. Tais crescimentos decorreram do aumento na provisão de salários e encargos.

Imposto de renda e contribuição social

A conta de IR e CSLL encerrou o ano de 2021 em R\$ 325,5 milhões, enquanto havia sido R\$ 117,3 milhões em 2020 e de R\$ R\$ 40,5 milhões em 2019. Tais aumentos foram efeito de melhor resultado da Companhia no ano.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Em 2021, houve a distribuição antecipada de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante total de R\$ 1.241,5 milhões, sendo R\$ 488,8 milhões referentes ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Em complemento, foram distribuídos R\$ 154,8 milhões referentes à reserva de lucros de exercícios anteriores. A distribuição remanescente de R\$ 250,0 milhões referentes ao exercício de 2021 serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de abril de 2022. Sendo assim, o montante total de dividendos propostos para 2021 é de R\$ 1.646,4 milhões, permanecendo um saldo de dividendos a pagar de R\$ 300,2 milhões.

O valor total apurado como dividendos obrigatórios (25%) para o exercício de 2020 foi de R\$ 87,3 milhões, tendo sido pagos R\$ 72,0 milhões como dividendos intermediários em 2020 e R\$ 15,3 milhões em 2021.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Energia elétrica

A Unipar possui contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, taxa do uso do sistema de transmissão (TUST), e acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro (ANEEL).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Unipar provisionou integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres. A sentença foi improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário.

A Unipar, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Referido pagamento vem sendo realizado mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido valores provisionados.

Débitos com terceiros

Conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado foi pré-pago em dezembro/2021, restando com saldo zero em 31 de dezembro de 2021. Tal dívida correspondia a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo.

Outros passivos circulantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 97,9 milhões em 2021, 75,0 milhões em 2020 e de R\$ 46,3 milhões em 2019. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Em 2021, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 1.313,0 milhões, crescimento de 252% em relação ao saldo de R\$ 372,8 milhões em 2021 devido à captação de empréstimos, notadamente a 6ª e 7ª emissão de debêntures e 3ª emissão de notas promissórias. Em 2019, havia um saldo de R\$ 500,0 milhões.

IR e CSLL diferidos

Em 2021, 2020 e 2019, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal, e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2021, 2020 e 2019 foram de R\$ 631,3 milhões, R\$ 317,9 milhões e R\$ 296,6 milhões, respectivamente.

Obrigações com benefícios aos empregados

Em 2021, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 51,3 milhões, de R\$ 56,3 milhões em 2020 e de R\$ 50,3 milhões em 2019. A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como: taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc. Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Demandas judiciais

Em 2021, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 69,3 milhões, de R\$ 35,7 milhões em 2020 e de R\$ 41,4 milhões em 2019. A Companhia, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classifica a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”. Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2021, era de R\$ 25,7 milhões, de R\$ 4,6 milhões em 2020 e de R\$ 6,6 milhões em 2019. A Companhia, com base no aprofundamento dos estudos técnicos concluídos recentemente, através de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de alternativas das tecnologias de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação a gestão dos passivos ambientais.

Débitos com terceiros

Conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado foi pré-pago em dezembro/2021, restando com saldo zero em 31 de dezembro de 2021. Tal dívida correspondia a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXOS DE CAIXA**

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	Consolidado			AH 2021 x	AH 2020 x
	2021	2020	2019	2020	2019
Caixa líquido nas atividades operacionais	2.289.901	1.068.636	454.991	114%	135%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(1.414.177)	(151.062)	292.134	393%	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(1.443.733)	(288.158)	(754.980)	401%	-62%
Efeito var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	(25.666)	(6.089)	107.838	322%	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(593.675)	623.327	99.983	-88%	523%

Atividades operacionais

Em 2021, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 2.289,9 milhões, 114% superior ao gerado em 2020 (R\$ 1.068,6 milhões), decorrente do aumento da receita consolidada com aumento no volume de vendas e dos preços internacionais de soda cáustica e PVC e ganho de eficiência nas plantas. Na comparação 2020 x 2019, o crescimento foi de 135%.

Atividades de investimentos

Em 2021, o caixa líquido consolidado gerado nas atividades de investimento foi negativo em R\$ 1.414,2 milhões com aportes de capital relacionados à empresa investida Tucano Holdings III, investimentos realizados na planta de Santo André durante parada programada no 2º trimestre de 2021 e aplicações em imobilizado e intangíveis. Em 2020, o caixa líquido de investimentos foi negativo em R\$ 151,1 milhões e, em 2019, a geração foi positiva em R\$ 292,1 milhões, devido, principalmente, às aplicações financeiras líquidas de resgate no período.

Atividades de financiamento

Em 2021, houve saída líquida de R\$ 1.443,7 milhões devido à amortização de empréstimos e debêntures e, principalmente, pelo pagamento de dividendos no período no montante de R\$ 1.365,0 milhões, compensados, parcialmente pela captação de debêntures no valor total de R\$ 850,0 milhões e notas promissórias no valor de R\$ 200,0 milhões. Em 2020, a saída R\$ 288,2 milhões nas atividades de financiamento devido à amortização de debêntures, empréstimos e notas promissórias, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão, parcialmente compensados pela captação de R\$ 203,0 milhões em financiamento bancário para fazer frente a possíveis necessidades financeiras provenientes da pandemia. Em 2019, houve a aplicação de R\$ 755,0 milhões nas atividades de financiamento devido ao relevante montante de amortização de empréstimos e debêntures e pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações da Companhia****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro e derivados de cloro, soda cáustica e PVC, através de três plantas localizadas nos municípios de Cubatão (SP-Brasil), Santo André (SP-Brasil) e Bahía Blanca (Argentina), sendo sua receita composta por estes três produtos e seus derivados.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e derivados de cloro e PVC	6.289.369	100,0%	3.868.223	100,0%	3.048.730	100,0%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 10.1(h) deste Formulário de Referência, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram principalmente o aumento do volume de vendas de soda cáustica e PVC, aumento dos preços internacionais de referência dos produtos vendidos, e custo dos principais insumos, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Aproximadamente 85% da receita operacional da Companhia é referenciada à cotação dos preços da soda cáustica e PVC no mercado internacional em dólar norte-americano e o restante, à cotação de preços no mercado interno em real.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo as receitas não estando indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), parte dos custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do etileno, insumo primordial no processo de produção do PVC, que tem referência em dólar norte-americano. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira, assim como no sal, em menor escala. Cerca de 30% do custo dos produtos vendidos está atrelado ao dólar norte-americano. A Companhia possui uma estratégia defensiva de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia. Em dezembro/2021, a Companhia pré-pagou um débito com terceiros em moeda estrangeira no valor de US\$ 136,0 milhões, conforme descrito no item 10.1.d.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em julho de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Outorga de Opção de Compra com a Atlas Lar do Sol Holding Ltda. (“Atlas Renewable Energy”) para que a Companhia tenha o direito de se tornar sócia de sociedades de propósito específico (“SPEs”), após o cumprimento das condições precedentes ao negócio, com a finalidade de desenvolver projetos de geração de energia solar em estágio greenfield localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Atlas Renewable Energy, possibilitando, assim, o regime de autoprodução de energia por equiparação (“Projeto”). O Projeto possui 239 MWp de capacidade solar instalada, sendo que 49 MW médios serão comercializados por meio de um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica de longo prazo firmado, nesta data, entre as SPEs e a Companhia, com início do período de suprimento estimado para 2024 (“PPA”). As partes estimavam que o início de construção seria em 2021.

Em dezembro de 2021, a Unipar Indupa do Brasil S.A. celebrou Acordo de Investimentos (“Acordo”) com a AES Tucano Holding I S.A. (“AES Tucano”) para a constituição de uma joint venture tendo por objeto a geração de energia eólica (“Projeto”). O Projeto será desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína, nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade eólica instalada 91 MW, dos quais 40 MW médios serão comercializados junto à Unipar Indupa do Brasil S.A. por meio de um contrato de compra de energia com prazo de 20 anos com início de vigência em 2024 e sob regime de autoprodução (“PPA”). As partes estimam que o início do período de construção ocorrerá no primeiro semestre de 2022 e com CAPEX estimado em aproximadamente R\$5,6 milhões/MW instalado.

Em setembro de 2020 a Companhia concluiu a formação de joint venture com a AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”), através da aquisição de 50% das ações da Tucano Holdings III com controle compartilhado com a AES Tietê. O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

Em 2019, dando continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações em circulação, representativas do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C, com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta (“OPA”). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores (“CNV”), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição, a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou às suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 apresentou uma ênfase sobre as diferenças na interpretação de cláusulas contratuais de *covenants* requeridas em contrato de dívida entre um credor e ex-controladora da Indupa Argentina (Solvay Vinyls Holding A.G.) e da Indupa Brasil, subsidiárias da Companhia, que eram objetos de disputa perante uma corte estadual do estado de Nova Iorque. Tal dívida estava classificada no passivo não circulante, e caso a conclusão da disputa fosse desfavorável à Companhia poderia ocorrer o vencimento antecipado da dívida.

Em dezembro de 2021, houve um acordo entre as partes envolvidas e a Unipar recebeu R\$ 449,7 milhões (US\$ 80,0 milhões), registrado no resultado da Companhia, referente ao ajuste de preço na aquisição da Indupa Argentina e da Indupa Brasil e suas controladas liquidaram a dívida na rubrica débito com terceiros. Com base nesse acordo, a Unipar não possui mais *covenants* e *negative covenants* vinculados e não houve ênfase no parecer do auditor em dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia está exposta a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)****i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Companhia. No entanto, foram iniciados, pela Companhia, estudos de mercado e engenharia básica referentes ao projeto de substituição do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana para definição do montante de investimento necessário, tanto na planta de Cubatão como na planta de Bahía Blanca. De acordo com a Convenção de Minamata, os prazos para término da produção via mercúrio são dezembro/2025 para o Brasil e dezembro/2030 para a Argentina.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A. – Complexo Eólico Tucano, cujo acordo de investimento foi celebrado em 3 de setembro de 2020. A projeção de investimento (Capex) total a ser dispendido é de R\$ 713,9 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação das ações da Tucano Holding III S.A.

Em julho/2021, a Companhia divulgou a celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra com a Atlas Lar do Sol Holding Ltda. para que a Companhia tenha o direito de se tornar sócia de sociedades de propósito específico, com a finalidade de desenvolver projetos de geração de energia solar em estágio *greenfield* localizado na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, em conjunto com a Atlas Renewable Energy. A construção do complexo teve início em 2021, com previsão de início do suprimento em 2024.

Em novembro/2021, a Companhia divulgou que sua controlada indireta Unipar Indupa do Brasil S.A. implementará projeto de ampliação da produção de cloro em 29 mil toneladas ao ano, e de soda cáustica em 32 mil toneladas ao ano na planta situada em Santo André/SP. O projeto contempla, também, a construção de um forno de ácido clorídrico com capacidade de 91 mil toneladas ao ano e prevê investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, com início de operação estimado no 2º semestre/2023.

Em dezembro/2021, a Companhia divulgou a celebração de acordo de investimentos entre a Unipar Indupa do Brasil e AES Brasil para a constituição de uma *joint venture*, tendo como objeto o desenvolvimento do Complexo Eólico Cajuína (RN), com início da construção previsto para 1º semestre/2022 e Capex estimado de R\$ 506,8 milhões.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da Administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**capacidade produtiva do emissor**

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que em 2021 não ocorreram outros fatores (tais como despesas com publicidade, patrocínios e convênio) que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.